

Tab. 3.E. Coefficientes corrigidos das exportações interregionais

	Coefficiente sem Pe tróleo e derivados	Coefficiente sem petrô- leo e derivados mais custeio e investimento
1950	8,31	
1951	8,92	
1952	8,93	
1953	4,93	
1954	10,10	
1955	9,26	
1956	9,50	
1957	8,47	
1958	7,88	9,11
1959	7,13	8,15
1960	6,60	8,61
1961	9,90	12,41
1962	7,16	13,02
1963	6,23	11,13
1964	5,00	9,94
1965	4,98	8,63
1966	5,81	10,62
1967	4,61	8,60
1968	6,99	11,34
1969	9,16	14,66

Fonte: D.E.E. e Petrobrás

va série de coeficientes interregionais dá a seguinte linha de regressão sobre o tempo:

$$Y_{e,z} = 9,00 + 0,23 z$$

$$r^2 = .81$$

$$t = 1,86$$

$$\text{para } z = 1 = 1958$$

$$z = 12 = 1969$$

Tab. 3.F. Custeio e Investimento da Petrobrás na Bahia

	Compras efetuadas na praça de Salvador	Construções de estradas (convênio c/o Estado da Bahia)	Despesas c/ pessoal - salários, ordenados, gratificações	<u>TOTAL GERAL</u>
1958	250 054	398 292	514 851	1 163 198
1959	588 100	300 417	840 496	1 729 014
1960	631 605	448 099	1 219 658	2 299 363
1961	1 280 332	803 877	2 532 120	4 616 329
1962	3 771 322	892 165	8 594 700	13 258 188
1963	3 966 541	1 213 042	14 580 151	19 759 735
1964	6 878 647	1 032 291	30 367 238	38 278 177
1965	9 748 374	4 759 955	33 189 110	47 697 440
1966	12 346 938	4 153 033	69 216 114	85 716 085
1967	1 024 856	1 468 891	94 063 309	97 457 057
1968	14 004 395	1 772 887	130 629 903	146 407 186
1969	--	3 135 988	164 324 519	167 460 507

FONTES: PETROBRAS

O valor positivo e a significatividade (5%) do coeficiente de regressão confirmam outra vez o dinamismo crescente das exportações interregionais. No início desse capítulo observou-se que a renda baiana começou a crescer mais rapidamente do que a média nacional a partir de 1957. Nota-se que esse dado coincide largamente com a instalação efetiva da Petrobrás na Bahia. No mesmo período teve início um vasto programa de construção e ampliação da rede rodoviária, que liga a Bahia aos principais centros do Sul e do Nordeste. Quase metade dos recursos aplicados nesse programa eram recursos federais. Isto já anuncia a terceira fonte de crescimento, as transferências autônomas, que no caso da Bahia tiveram sem dúvida um papel dos mais significativos durante os últimos anos.

3.3. Transferências autônomas

3.3.1. O crescimento do setor terciário

Na perspectiva setorial observa-se de fato a maior expansão no setor terciário. É o único setor cuja participação percentual na renda interna aumentou constantemente no período em estudo: 1950-52 = 50,0%, 1959-61 = 51,0%, 1966-68 = 54,0% (cf. Tab.3.B.). O crescimento desproporcional do setor terciário é um fenômeno bastante comum nas economias latinoamericanas. É uma consequência natural da dialética do desenvolvimento que opera em economias caracterizadas pela dependência tecnológica. Em primeiro lugar o famoso efeito de demonstração aumenta "precoce-mente" o consumo de certos serviços como rádio, televisão, etc. Mais importante é que o setor industrial, por falta de alternativas ou outras razões, usa frequentemente uma tecnologia altamente capitalizada. Como qualquer racionalização na agricultura libera mão-de-obra, o setor industrial mostra-se incapaz de absorver a crescente oferta de trabalho. Assim, num processo de urbanização galopante, a maior parte do êxodo rural é transferido para atividades marginais que são 'terciárias' no

sentido próprio da palavra. Nota-se em terceiro lugar que a diferença da industrialização espontânea, e nascimento de uma industrialização induzida é caracterizado por altos coeficientes de interação com o setor de serviços. De fato, a implantação de indústrias, cujo equipamento é importado de regiões mais desenvolvidas, exige o funcionamento preliminar de vários serviços, como educação, formação profissional, planejamento, infraestrutura, etc. Aí está provavelmente uma das razões principais para a expansão recente do setor terciário na Bahia.

3.3.2. A criação da SUDENE

Decompondo o setor terciário descobre-se um crescimento extremamente rápido dos intermediários financeiros e das atividades governamentais, especialmente a partir de 1960. No que concerne o Governo Federal constata-se desde agora que em si o orçamento da União não transferia de maneira relevante recursos para a Bahia, enquanto o montante da receita e despesa federal no Estado era em média equilibrado. Contudo a lei nº 3692 de 15 de dezembro de 1959 criava uma autarquia federal, a SUDENE, a qual foi assinada com o objetivo de planejar e coordenar a recuperação econômica do Nordeste. No primeiro plano de ação, o novo organismo formulava quatro diretrizes básicas:

- intensificação dos investimentos industriais, visando criar no Nordeste um centro autônomo de expansão manufatureira;
- transformação da economia agrícola da faixa úmida, com vistas a proporcionar uma oferta adequada de alimentos nos centros urbanos, cuja industrialização deverá ser intensificada;
- transformação progressiva da economia das zonas semi-áridas no sentido de elevar sua produtividade e torná-la mais resistente ao impacto das secas;

- deslocamento da fronteira agrícola do Nordeste, visando incorporar à economia da região as terras úmidas do hinterland maranhense, que estão em condições de receber os excedentes populacionais criados pela reorganização da economia da faixa semi-árida ((16, p.14)).

Tab. 3.G. Renda Real: Índices por setores
(Base: 1950 = 100)

	1950	1955	1960	1965	1968
Agricultura	100	130	191	232	246
Indústria	100	125	289	257	295
Serviços	100	140	208	270	334
- comércio	100	120	168	165	174
- interm. financeiro	100	151	254	458	805
- transp. comunicação	100	98	213	249	199
- governo	100	129	204	325	420
- aluguéis	100	155	156	112	548
- outros serviços	100	216	325	428	482
T O T A L	100	139	207	252	293

Fonte: F.G.V.

A fim de mobilizar os recursos necessários para a execução do plano, inventou-se o mecanismo original dos incentivos fiscais. Dada a escassez crônica da verba federal, procurava-se fixar na região a inversão local que antes fugiu para o Sul e provocar ao mesmo tempo um fluxo compensatório de capital privado em sentido contrário (do Centro-Sul para o Nordeste). Assim é que, retomando o artigo 34 do primeiro plano diretor, o artigo 18 dos planos seguintes ¹⁾ dispõe na sua formulação atual:

1) Daí o costume de chamar esses dispositivos de "artigos 34/18"

"...qualquer pessoa jurídica do país poderá deduzir até 50% (cinquenta por cento) do imposto de renda devido, para investimento ou reinvestimento em projetos industriais, agrícolas, ou de telecomunicações entre comunidades da área da SUDENE, desde que este órgão, para os fins expressos nos artigos citados, declare serem eles de interesse para o desenvolvimento do Nordeste" ((40, p.21)).

Em 1964 um dispositivo análogo foi introduzido para pessoas físicas que apliquem até cinquenta por cento de sua renda bruta em:

"ações nominativas de sociedades anônimas que se dediquem a atividades industriais ou agrícolas, consideradas pela SUDENE de interesse para o desenvolvimento do Nordeste" ((40, p.31)).

Nos primeiros anos de sua existência (1960-1969) os mecanismos da SUDENE levaram mais de 1.600 milhões de dólares para o Nordeste. Apenas cerca de 10% eram recursos federais que a SUDENE aplicou essencialmente em projetos de infraestrutura, como transporte, comunicações, energia, saneamento básico, etc. O resto era capital privado que se beneficiava dos incentivos fiscais dos artigos 34/18. A grande maioria desses recursos destinava-se a investimentos industriais, representando os projetos agrícolas somente 11% do total das aplicações. A Bahia absorveu cerca de 35% dos investimentos industriais e 15% das aplicações na agricultura (cf. tab. 3.H.).

Em 1969 a maioria desses projetos encontrava-se ainda em fase de implantação e o impacto direto deles só se manifestaria na década presente. No entanto, é claro que já essa fase preparatória teve várias repercussões sobre a economia regional, essencialmente no setor terciário o que é ilustrado pelo rápido crescimento dos intermediários financeiros. Quando se conside-

Tab. 3.H. Investimentos dos projetos industriais aprovados pela SUDENE na Bahia (Cr\$ correntes)

	Investimento Total	Recursos Próprios	Recursos dos art. 34/18	Recursos dos Bancos <u>Oficiais</u>	Financiamento Externo
1960	1 721 288	1 721 288	-	-	-
1961	538 403	538 403	-	-	-
1962	2 660 572	1 835 298	-	484 331	340 943
1963	8 029 453	2 164 069	1 899 000	3 396 709	569 675
1964	102 538 200	54 473 019	17 882 985	1 632 544	28 549 652
1965	33 126 988	11 593 190	10 606 175	10 693 813	233 810
1966	155 107 921	25 302 238	76 190 134	37 166 282	16 449 267
1967	445 735 068	106 487 799	174 604 707	112 502 752	52 157 810
1968	256 509 347	25 580 416	116 831 664	53 145 834	60 951 433
1969	375 086 306	84 959 149	209 880 029	49 900 024	30 347 104

Fonte: SUDENE

ra que os investimentos totais da SUDENE na Bahia representaram nos anos 1960-1969 em média 7,5% da renda do Estado (depois de 1964 a média era de 11,5%), não se pode duvidar que ao lado das exportações interregionais e da Petrobrás, as transferências de renda realizadas no quadro da SUDENE constituem um dos elementos mais dinâmicos no desenvolvimento recente da economia baiana.

3.4. Base Econômica

Ora estima-se que mais de 25% dos recursos oriundos dos artigos 34/18 são poupança local que antes fugia para o Sul ou para o exterior. Nessas condições dificilmente pode-se afirmar que as exportações, na definição estreita de exportações de mercadorias e serviços, representam a única variável independente para a formação da renda baiana ¹⁾. Isto é, aliás, facilmente demonstrável. Se a renda (Y) fosse simplesmente um múltiplo (k) das exportações (X), a taxa anual de crescimento da renda (dy/Y) seria igual à taxa de crescimento das exportações (dx/X). Algumas transformações de álgebra primária mostram de fato que do pressuposto:

$$Y = kX$$

segue $dy = k \cdot dx$

1) A rigor as transferências autônomas de renda poderiam ser englobadas no conceito de base econômica. North ((30)) certamente o implica, quando, pensando nos movimentos espontâneos de capital, afirma que o capital externo dirige-se quase sempre para atividades direta ou indiretamente ligadas ao setor exportador. As transferências da SUDENE não se confundem com os movimentos tradicionais de capital. Nasceram antes de tudo de uma vontade política e são nesse sentido mais parecidos com o fenômeno da ajuda externa, embora que o caráter predominantemente privado dos recursos tende a aproximar-se à simples transferências de capital. A nósso ver é um fenômeno sui generis que obedece a normas próprias que não podem ser incluídas no conceito de base econômica.

$$\frac{dy}{Y} = \frac{k \cdot dx}{Y}$$

$$\frac{dy}{Y} = \frac{k \cdot dx}{k \cdot X}$$

de onde resulta

$$\frac{dy}{Y} = \frac{dx}{X}$$

Nesse caso numa equação linear da forma

$$\frac{dy}{Y} z = a + b \frac{dx}{X} z$$

esperaria-se para o parâmetro a um valor de zero e para b um valor igual a um. Regredindo as taxas de renda do ano z sobre as taxas de exportação do mesmo ano, encontram-se os seguintes valores estimados:

$$\frac{dy}{Y} z = 0,056 - 0,0019 \frac{dx}{X} z$$

$$r^2 = 0,00396$$

Dispensa-se a elaboração de um teste sobre os valores hipotéticos de a e b, porque segundo o baixíssimo coeficiente de determinação (r^2) as duas variáveis comportam-se de maneira quase completamente independentes. É possível, porém, que esse resultado surpreendente seja devido a um artifício de contabilidade: Entre as várias tentativas de ajustamento, a melhor correlação encontra-se para a renda do ano z e as exportações do ano z + 1. O fato se explica porque costuma-se tomar o valor da produção agrícola como estimativa da renda do setor primário. Ora, parte importante da safra do ano z é exportado só no ano seguinte quando entram também nas estatísticas do comércio exterior. Defasando as exportações de um ano, chega-se ao seguinte resultado:

$$\frac{dy}{Y} z = 4,25 + 0,248 \frac{dx}{X} z + 1$$

$$r^2 = .64$$

Um teste simultâneo com a e b dá um

Tab. 3.I. Taxas de crescimento anual na Bahia

	<u>Renda</u>	<u>Total das ex- portações</u>	<u>Export. in- ternacionais</u>	<u>Export. in- terregionais</u>
1951	-15,0	-9,9	-3	-4
1952	10,6	-29,1	-43	-4
1953	7,2	46,1	66	22
1954	10,9	3,5	5	3
1955	7,8	3,3	4	2
1956	6,5	9,8	5	14
1957	12,3	-3,0	-9	7
1958	8,9	12,3	19	0
1959	2,5	-1,4	4	-12
1960	6,6	29,1	14	60
1961	-3,4	13,9	-7	58
1962	5,8	-25,5	-39	-12
1963	-2,8	2,5	6	-9
1964	12,1	2,4	3	22
1965	10,3	13,2	-20	41
1966	0,3	14,8	71	-13
1967	10,2	-11,2	0	-21
1968	10,0	-6,3	-23	11
1969	10,0 ¹⁾	43,3	45	42

1) Estimativa

Poder-se-ia pensar que para as exportações interregionais não existe a defasagem de um ano sobre a renda. Entretanto de todos os ajustes tentados, as exportações interregionais do ano $z + 1$ com a renda z dão o resultado mais forte. A falta de correlação entre as duas variáveis decorre da pouca influência que as exportações de petróleo (aqui incluídas) exercem sobre a formação da renda baiana.

Conclue-se portanto que a curto prazo as variações da renda baiana são ainda bastante sensíveis às flutuações no setor internacional.

CAPÍTULO 4

EXPORTAÇÕES INTERNACIONAIS4.1. Causas de estagnação

Durante os últimos 20 anos as exportações internacionais da Bahia cresceram muito mais lentamente do que a renda interna. Elas também não acompanharam o crescimento das exportações em outras partes do mundo. Para citar só um exemplo, as exportações dos países em desenvolvimento cresceram quase duas vezes mais rapidamente do que as exportações baianas (cf. tab. 4.A.).

Tab. 4.A. Exportações: Taxas anuais de crescimento
(valor em dólares f.e.b.)

	<u>Década de 50</u> (1950/51-1959/60)	<u>Década de 60</u> (1959/60-1968/69)
Bahia	2,9%	1,2%
Brasil	-1,3	6,3
América Latina	2,1	4,8
Países em Desenvolvimento	2,1	6,4
Mundo	4,6	8,8

Fonte: DEE, Anuário Estatístico do Brasil, Cohen+Sisler ((10))

Como explicar um crescimento tão modesto, em termos reais quase nulo? Parece que a responsabilidade dessa estagnação cabe principalmente a três fatores:

- a) a conjuntura internacional
- b) a política comercial nacional
- c) a composição estrutural da pauta baiana.

O primeiro fator opera naturalmente sobre a demanda, enquanto os dois outros afetam muito mais o lado da oferta.

4.2. Relações de troca

4.2.1. Tipos de relações de troca

É bastante comum abordar-se o problema da conjuntura internacional em termos de relações de troca. A teoria econômica distingue vários tipos de termos de intercâmbio. Já Taussig ((44)) introduzia a distinção entre a relação de troca-preço (Net Barter Term of Trade = N) e a relação de troca-quantidade (Gross Barter Term of Trade = G). Na relação de troca-preço (N) o índice dos preços de exportação (P_x) é dividido pelo índice dos preços de importação (P_m):

$$N = \frac{P_x}{P_m}$$

Um aumento de N significa que com um determinado volume de exportações compra-se agora um maior volume de importações. Ele pressunõe, porém, que o comércio exterior de dois países limita-se exclusivamente à compra e venda de serviços e mercadorias.

Geralmente o intercâmbio comercial inclui também pagamentos unilaterais e outras transferências semelhantes. Nesse caso o conceito relevante é a relação de troca-quantidade (G) que é igual a

$$G = \frac{Q_m}{Q_x} \quad \text{onde } Q_x = \text{índice de quantidade das exportações}$$

$$Q_m = \text{índice de quantidade das importações.}$$

A relação de troca-quantidade compara portanto o volume físico das exportações e das importações. De certa forma é uma medida da capacidade efetiva que tem um país para importar.

Em problemas de desenvolvimento mais interessante ainda é a relação de troca-renda (I) que mensura a capacidade de importação baseada exclusivamente nas exportações de um país. É definida pela relação:

$$I = \frac{P_x}{P_m} \cdot O_x$$

Quando aumenta I, o país encontra-se com uma maior capacidade de importação que pode resultar de uma diminuição dos preços de importação ou de um aumento dos preços ou da quantidade das exportações.

De grande interesse é também a relação de troca-produtividade determinada por:

$$F = \frac{P_x}{P_m} \cdot Z_x$$

onde Z_x é um índice da produtividade dos fatores utilizados nas atividades de exportação. Um aumento de F exprime que se pode obter uma maior quantidade de importações por unidade de insumos fatoriais nos produtos de exportação ((25)).

4.2.2. Tendências e variações cíclicas na Bahia

A relação de troca produtividade apresenta naturalmente várias dificuldades de quantificação. No que concerne a Bahia examinam-se apenas a relação de troca-preço e a relação de troca-renda. Portanto, três índices são necessários:

- o dos preços de exportação
- o da quantidade das exportações
- o dos preços de importação.

Todos os índices foram calculados sobre a base de 1965-67, que é a base mais frequentemente usada nas publicações atuais da FGV, mantendo-se desta forma uma certa facilidade de comparação dos dados. O índice dos preços de exportação foi diretamente calculado segundo os critérios de Paasche sobre uma amostra de 9 produtos que representam na média 93,8% da pauta baiana das exportações ¹⁾. Da mesma forma calculou-se um ín-

1) Os produtos são: cacau, café, fumo, óleo de mamona, sisal, couros e peles, minérios, madeiras, piaçava e ceras vegetais.

Tab. 4.B. Saldo do setor internacional da Bahia

	(1000 US\$)			% do saldo das exportações
	Exportações (f.o.b.)	Importações (c.i.f.)	Saldo	
1950	112 513	22 881	89 632	79,6%
1951	102 191	43 860	58 331	57,0
1952	94 131	49 172	44 959	47,7
1953	117 913	28 735	89 178	75,6
1954	174 716	28 955	145 761	83,6
1955	132 559	24 816	107 743	81,2
1956	109 830	30 149	79 681	72,8
1957	119 166	50 053	69 113	57,9
1958	164 632	27 074	137 558	83,5
1959	138 356	20 812	117 544	84,9
1960	146 138	23 376	122 762	84,0
1961	131 763	26 859	104 904	79,6
1962	85 732	24 194	61 538	71,7
1963	98 192	25 420	72 772	74,1
1964	91 979	31 164	60 815	66,1
1965	88 638	18 767	69 871	78,8
1966	122 215	33 670	88 545	72,4
1967	128 407	28 650	99 757	77,6
1968	113 099	44 701	68 398	60,4
1969	196 297	39 303	156 994	79,9

Fonte: D.E.E.

dice de quantidade de tipo Laspeyres. Para o índice dos preços de importação adota-se o índice nacional. Isto por duas razões principais. Em primeiro lugar a série das estatísticas baianas é incompleta e não permite estabelecer uma amostra representativa do período em análise. Em segundo lugar a Bahia não usa a maior parte das suas divisas estrangeiras mas trans

fere-as para outras regiões do país (cf. tab. 4.B.). De fato, as importações baianas de proveniência estrangeira representam em média apenas 25% das suas exportações internacionais. Em consequência o índice das importações nacionais provavelmente reflete melhor o poder de compra efetivo das exportações baianas.

Os resultados do cálculo estão na tabela 4.C. Antes de tudo constata-se que a relação de troca-renda, ou a capacidade de importação baseada nas exportações aumentava em média de 1,1% por ano. Comparado com o aumento da renda (5,8%) isto é naturalmente muito pouco. O modesto crescimento do volume físico foi quase inteiramente contrabalançado pela tendência declinante dos preços de exportação. Os preços de importação diminuíram a um ritmo bem inferior, porém, de maneira mais constante, resultado de um maior coeficiente de determinação (r^2).

A variação dos preços de exportação mostra-se aliás significativamente maior que a de importação. Se o comportamento dos dois preços fosse determinado pelos mesmos fatores, deveria se esperar para as variações respectivas (s^2) um valor mais ou menos idêntico. Pode-se portanto testar a hipótese que a relação

$$F = \frac{s_p^2}{s_x^2} = 1$$

No nosso caso encontrar-se-á

$$F = 6,64$$

Esse valor, com duas vezes 18 graus de liberdade, não é consistente com o valor hipotético ao nível de 0,05. A conclusão é que a variação dos preços de exportação é um fenômeno particular que não se confunde com a variação dos preços de importação.

Tab. 4.C. Índices de comércio exterior

	P_x	P_m	$\frac{P_x}{P_m}$	Q_x	$\frac{P_x}{P_m} \cdot Q_x$
1950	94	96	97	95	92
1951	96	118	81	81	66
1952	151	130	115	49	57
1953	105	121	87	81	71
1954	160	103	155	85	97
1955	116	105	111	88	97
1956	92	108	85	94	79
1957	108	109	99	85	84
1958	125	102	122	90	110
1959	100	97	103	98	101
1960	92	95	97	118	114
1961	89	96	92	103	95
1962	95	97	97	69	67
1963	101	99	101	72	73
1964	91	96	94	80	76
1965	108	98	111	70	78
1966	87	100	88	115	101
1967	92	102	90	115	103
1968	104	105	93	88	82
1969	124	103	120	121	146
b	-1,2	-0,78	-0,28	1,2	1,3
r ²	.139	.320	.094	.150	.140
s _y	19,4	7,84	16,6	17,8	20,7

A alta instabilidade das exportações baianas é provavelmente ainda mais grave do que o próprio declínio a longo prazo. Decorre em boa parte do volume irregular das safras que é condi-

cionado por fatores dificilmente controláveis como clima, pragas, etc. Por outro lado a assistência técnica e comercial aos produtores é ainda muito carente e a coordenação entre os produtores dos vários países do mundo praticamente não existe. Desta forma a instabilidade natural da oferta é facilmente explorada pela especulação que ainda hoje é uma das causas mais importantes pelas fortes variações cíclicas do setor exportador na Bahia.

Para certos economistas, violentas flutuações cíclicas nas exportações primárias não representam necessariamente um elemento negativo para o desenvolvimento econômico. Sir Sidney Caine ((6)) por exemplo, alega que se forma mais capital quando a renda é só periodicamente alta. Pensa ele que os lucros extraordinários da fase de expansão são inteiramente canalizados para o investimento. Essa análise 'calvinista' do processo de poupança é um pouco sofisticada. Numa versão 'católica' pode-se facilmente chegar à conclusão oposta, no sentido que na fase da expansão estabelece-se um padrão de consumo mais alto, que durante a depressão é mantido em detrimento da poupança interna. A própria insegurança desestimula naturalmente os investimentos no setor externo, atrasando frequentemente sua modernização urgente. Da mesma forma este clima de especulação e de fortunas efêmeras tem também repercussões negativas sobre os investimentos induzidos. Em breve, imede-se qualquer ação planejada a médio ou longo prazo, salvo precisamente uma ação de defesa contra a dependência externa, o que não significa necessariamente uma redistribuição mais eficiente dos recursos produtivos.

4.3. Política comercial

4.3.1. A política da substituição das importações

É precisamente o que fez o Brasil depois da Segunda Guerra Mundial quando procurava-se industrializar o país através de uma

política de substituição das importações. A política cambial era o principal instrumento para alcançar tal objetivo. Inicialmente em fevereiro de 1946 restabeleceu-se a liberdade cambial, mantendo a taxa cambial ao nível da pré-guerra ¹⁾, apesar dos preços internos terem aumentado de 80% mais rapidamente do que nos Estados Unidos. Resultado dessa política liberal era que o Brasil esgotou no período de um ano todas as suas reservas cambiais acumuladas durante a Segunda Guerra Mundial (cerca de 708 000 dólares). Já em 1947 o governo brasileiro era obrigado a recorrer ao controle quantitativo das importações. Os importadores viram-se submetidos a filas de espera e a disponibilidade das divisas foi distribuída entre 5 categorias segundo o grau de essencialidade. A rigidez das taxas cambiais conduzia naturalmente ao desestímulo das atividades de exportação, permitindo ao mesmo tempo aos importadores realizar grandes lucros decorrentes da crescente inflação interna.

Para remediar esses defeitos, criou-se em outubro de 1953 o famoso sistema das taxas múltiplas. As exportações continuaram a processar-se à taxa oficial, acrescida, porém, de determinadas bonificações periodicamente reajustadas. As importações foram classificadas segundo o grau de essencialidade em 5 categorias:

- a primeira incluía aproximadamente os insumos agrícolas e certas matérias indispensáveis para a indústria farmacêutica;
- na segunda estavam as matérias primas para as indústrias consideradas importantes
- a categoria três compreendeu os bens de equipamento para essas indústrias

1) Cr\$18,00 por dólar

- na quarta colocaram-se outros bens de produção e certos bens de consumo, como frutas frescas
- a categoria cinco englobava o resto, quer dizer, a maior parte dos produtos de consumo final.

A SUMOC (Superintendência de Moeda e Crédito) alocava a cada categoria um determinado montante de divisas, das quais, segundo Kafka ((21)), 80% destinam-se em regra as tres primeiras categorias, enquanto a categoria cinco não costumava superar 4%. Dentro de cada categoria as divisas distribuíram-se através de leilões promovidos pela Carteira de Câmbio do Banco do Brasil. A taxa efetiva de importação era portanto composta da taxa oficial, mais um imposto de remessa, geralmente entre 8 e 10%, mais o âgio de leilão. Para o ano 1956 Bergman ((5)) calculava os efeitos protecionistas das taxas múltiplas a 4% na categoria um, 14% na categoria dois, 45% na categoria três, 62% na categoria quatro e 210% na categoria cinco.

Em agosto de 1957 o sistema cambial foi novamente modificado. O antigo imposto de importação que por ser específico se havia tornado insuficiente, foi substituído por uma nova tarifa ad-valorem. As categorias de importação reduziram-se a duas: a geral e a especial. Pela categoria geral importaram-se as matérias-primas e bens de produção e certos bens de consumo para os quais não havia suprimento, enquanto na categoria especial estavam todos os outros produtos considerados menos importantes. O governo controlava os leilões da categoria geral onde os âgios geralmente não ultrapassaram 25% a 30%. Contudo podia ter tarifas até 80%. Na categoria especial pagaram-se geralmente âgios de 100 a 200% e tarifas até 150%. De uma maneira geral, a reforma de 1957 acentuava ainda mais o protecionismo do sistema anterior.

4.3.2. Os efeitos sobre a economia baiana

Do ponto de vista nacional, a opção pela substituição das importações foi sem dúvida correta, apesar de certas imperfeições técnicas na sua execução. A nível interregional, ela foi, porém, a causa principal dos desequilíbrios crescentes ((16)). Por razões de recursos e mercado a nova indústria nacional localizava-se essencialmente no Centro Sul, enquanto o protecionismo desfavoreceu fortemente certas regiões cujas economias dependiam largamente do mercado internacional.

Já no período da rigidez das taxas cambiais (1947-1953) nota-se um forte declínio nas exportações se se exclue o café, cujos preços conheciam então uma alta extraordinária mas pouco duradoura (cf. tab. 4.D.).

Tab. 4.D. Exportações do Brasil 1947-1952
(milhões de dólares - f.o.b.)

	Café	Outros	Total
1947	417	740	1.157
1948	491	692	1.183
1949	633	467	1.100
1950	864	495	1.359
1951	1.061	709	1.770
1952	1.046	370	1.416

Fonte: Anuário Estatístico do Brasil

A situação pouco mudou com a introdução das bonificações em 1953 porque essas últimas foram sempre reajustadas com atraso em relação a inflação interna. A razão disso era muito simples. Além de pensar que remunerando mal os exportadores poder-se-ia melhorar as relações de troca, o governo também "relutava em ceder a arrecadação extra-orçamentária (e como

tal muito mais facilmente manobrável pelo Executivo) representada pelo saldo dos ágios sobre as bonificações" ((38)).

Tab. 4.E. Confisco Cambial

	A	B	C
	<u>Taxa efet. exp. ba.</u>	<u>Taxa med. imp. bras.</u>	<u>$\frac{A}{B} - 1$</u>
1950	0,01872	0,01872	0%
1951	0,01872	0,01872	0%
1952	0,01872	0,01872	0%
1953	0,02098	0,01906	+10%
1954	0,03030	0,03340	--9,3%
1955	0,04110	0,04643	-12,0%
1956	0,04590	0,05848	-22,0%
1957	0,04760	0,05927	-20,0%
1958	0,05490	0,07709	-29 %
1959	0,09010	0,11740	-23,0%
1960	0,11030	0,13763	-20,0%
1961	0,20070	0,21336	- 6,0%
1962	0,33900	0,34689	- 2,0%
1963	0,55210	0,52603	+ 4,0%
1964	1,07100	0,98407	+ 8,0%
1965	1,77600	1,76062	+ 1,0%
1966	2,16500	2,18233	- 7,0%
1967	2,54700	2,57464	- 1,0%
1968	3,20200	3,20178	0
1969	3,99200	3,96555	+ 1 %

Assim estabeleceu-se uma diferença constante entre a taxa média das importações e a taxa efetivamente recebida pelos exportadores. É essa diferença que se chama confisco cambial, porque na realidade nada mais representava do que um imposto su-

plementar pago pelos exportadores ao governo federal. No caso da Bahia, comparando a taxa efetivamente recebida pelos seus exportadores com a taxa média das importações nacionais, observa-se que esse imposto 'extra' chegou a representar nos anos 1954-1961 quase 20% do valor das exportações internacionais do Estado ou 3,5% da sua renda interna. A partir de 1961 a distorção foi gradualmente extinta, quando a instrução nº 204 procurava a unificar as taxas cambiais, transferindo-se sucessivamente todas as exportações para o mercado livre. Nota-se, aliás, que o cacau foi o último produto a passar para o mercado livre (cf. instrução nº 217 de 04.01.61).

Outra transferência de renda realizava-se implicitamente através do comércio triangular. Impedida pelo protecionismo industrial de comprar no exterior os produtos dos quais precisava, a Bahia transferia em média 75% das suas divisas estrangeiras para outras regiões do país, principalmente para o Centro-Sul. Contribuía assim para o desenvolvimento desta última região com o fator mais precioso que era a capacidade de importação. Além disso, o poder de compra interno dessas divisas sofreu notável perda pelo simples fato que as taxas cambiais nunca seguiram o ritmo da inflação interna. A diminuição no poder de compra pode-se quantificar aproximadamente, dividindo em primeiro lugar o índice nacional dos preços de importação (cf. coluna A, Tab. 4.F.) pelo índice dos preços por atacado, disponibilidade interna (coluna B). A relação dos preços externos sobre os preços internos é em seguida multiplicada pelo índice da taxa de câmbio pago ao exportador baiano (coluna D). O resultado dessa correção fornece o índice do poder de compra do saldo baiano no Centro-Sul. Aplicando esse índice ao valor absoluto do saldo (coluna F) chega-se portanto ao montante das transferências anuais (coluna G).

Tab. 4.F. Comércio Triangular

	A	B	C	D	E	F	G ¹⁾
	<u>P_m</u>	<u>Ind. prec. internos</u>	<u>A/B</u>	<u>Indice t. cambial</u>	<u>C/D</u>	<u>Saldo exp.ba. mio US\$</u>	<u>Trans ferên cias</u>
1950	96	0,95	100	0,86	86	90	12
1951	118	0,15	103	0,86	88	58	7
1952	130	1,30	100	0,86	86	45	6
1953	121	1,49	81	0,96	78	89	20
1954	103	1,88	55	1,40	77	146	34
1955	105	2,22	47	1,90	89	107	10
1956	108	2,71	40	2,12	85	80	12
1957	109	3,11	35	2,19	77	69	16
1958	102	3,56	29	2,53	72	137	38
1959	97	5,08	19	4,16	79	117	24
1960	95	6,64	14	5,09	72	123	34
1961	96	9,10	10	9,27	97	104	3
1962	97	13,8	7,04	15,67	110	62	6
1963	99	24	4,11	26	105	72	- 3
1964	96	46	2,09	50	103	61	- 2
1965	98	72	1,35	82	111	70	- 7
1966	100	100	1,0	100	100	88	0
1967	102	128	0,79	118	93	100	- 7
1968	105	159	0,81	148	119	68	- 13
1969	103	192	0,53	182	96	157	5

Naturalmente não eram transferências visíveis que se deram sob forma de fluxos monetários. A rigor, tratava-se de uma deterioração das relações de troca, implicando uma baixa de rentabilidade na economia baiana. Nos anos 50 essa última chegou a

$$1) \quad G = F \left(1 - \frac{A \cdot D}{B} \right)$$

atingir quase 15% da receita anual das exportações internacionais ou 2,5% da renda interna. Em termos absolutos a Bahia perdeu nesse mesmo período em média cerca de 18 milhões de dólares por ano, o que representa 3/4 das transferências anuais que Furtado estimou para todo o Nordeste no período 1948-1956. ((16)). Devido a sua estrutura produtiva, a Bahia foi um dos Estados mais prejudicados pelos efeitos negativos da política de substituição das importações.

4.3.3. A evolução recente

Como no caso do confisco cambial, a situação melhorou progressivamente a partir de 1961. Porém, a unificação definitiva das taxas cambiais só foi conseguida em 1967 quando se eliminou a categoria especial das importações. No início do mesmo ano procedeu-se também a reformulação das tarifas aduaneiras que subiram a grosso modo a uma redução linear de 20%. Por outro lado, já a partir de 1964 os reajustamentos das taxas de câmbio tornaram-se mais frequentes e os efeitos benéficos do novo realismo cambial logo repercutiram sobre o setor exportador. Todavia o atual sistema de 'minidesvalorização' instituiu-se só em 1968. Dentro desse sistema, as taxas cambiais são agora quase mensalmente reajustadas, "tomando-se por base o índice de inflação interna (preço de atacado), descontada a inflação observada no mesmo período nos principais países que conosco mantêm relações comerciais, eliminando-se dessa forma a influência deterioradora do poder de compra de nossos produtos no exterior oriunda exclusivamente de fatores monetários e cambiais" ((36)).

Não obstante esses fatores positivos, a Bahia continua a comprar no Sul produtos industriais a preços comparativamente altos, em razão da persistente proteção tarifária que em certos casos pode atingir até 120%. O fato é aliás comprovado pela própria política de exportação atualmente vigente. Para poder

colocar seus manufaturados no mercado internacional, o Brasil recorre hoje a uma série de incentivos fiscais, creditícios e institucionais. No início da década presente, esgotada a fase fácil da substituição das importações, a indústria brasileira entrava numa crise grave cujas repercussões políticas provocaram quase o colapso da economia nacional. A fim de superar certas insuficiências da demanda interna e a ociosidade da capacidade produtiva instalada, formulava-se depois de 1964 uma política agressiva de promoção das exportações. Seus estímulos, como a isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), do Imposto sobre Circulação de Mercadorias (ICM) do Imposto de Renda, etc., beneficiam quase exclusivamente aos produtos industriais e representam um verdadeiro sistema de dumping cujos custos são pagos pela coletividade. Regiões que dependem ainda em larga escala da exportação de produtos tradicionais são muito menos favorecidas. Para evitar que essas regiões periféricas 'financiem' um novo surto de desenvolvimento no Centro-Sul, é indispensável manter o esforço nacional que se propõe a modernização dessas economias periféricas.

4.4. Composição das exportações

4.4.1. Um índice de dinamismo

Isto leva diretamente à terceira causa da estagnação que é a própria estrutura da pauta baiana. Ainda em 1969 98,2% das exportações internacionais da Bahia eram matérias-primas e produtos agrícolas. A tab. 4.6. mostra que durante todo o período em estudo a composição estrutural da pauta baiana quase não se modificou. Produtos de alta elasticidade-renda não representam sequer 1%. É sem dúvida possível que em determinadas circunstâncias certos produtos primários oferecer perspectivas realmente dinâmicas. No caso ideal um produto seria dinâmico quando preço e volume mostram uma tendência duradoura

Tab. 4.G. Composição percentual das exportações internacionais

	1950/54	1955/59	1960/64	1964/69
Cacau e derivados	76,2	70,5	51,5	57,6
- c. em amendoas	65,0	53,7	35,1	38,7
- manteiga de cacau	9,8	13,0	15,0	17,9
- torta de cacau	1,4	2,6	1,1	0,7
Fumo	11,6	10,1	17,2	12,6
Mamona	3,9	4,3	5,8	10,6
Sisal	0,9	1,9	6,2	7,4
Couros e Peles	1,0	0,4	1,6	4,1
Minérios	0,5	0,4	0,9	1,6
Madeiras	0,02	0,05	0,2	0,7
Piaçava	0,8	0,8	0,8	0,7
Petróleo	-	6,8	8,9	0,2
Ceras vegetais	2,4	1,0	1,0	0,3
Café	2,1	3,0	1,4	1,3
	99,4	99,2	95,5	97,1

Fonte: DEE

para o aumento. O coeficiente de regressão da linha de regressão sobre o tempo dá uma aproximação da taxa de crescimento, enquanto o coeficiente de regressão (r^2) representa uma medida relativa da sua constância no tempo. Quando se multiplicam esses dois parâmetros, adicionando o resultado da coluna dos preços ao da coluna do volume, chega-se a um índice composto que permite ordenar cada produto segundo o grau relativo do seu dinamismo. Aparecem assim duas faixas na pauta baiana, uma de produtos mais ou menos dinâmicos (I) e outra dominada pela estagnação ou declínio (II). A segunda categoria abrange mais do que 65% do total das exportações internacionais, enquanto inclui os dois produtos de maior peso: cacau em amêndoas e fumo.

Tab. 4.H. Dinamismo dos produtos exportados

	Preço		Quantidade		Índice Composto 1)
	b	r ²	b	r ²	
I					
Sisal	- 4,39	.21	6,52	.92	+ 5,07
Minérios	- 3,39	.24	5,31	.79	+ 3,38
Madeiras	6,98	.22	4,53	.32	+ 2,98
Couros e peles	1,43	.036	6,63	.38	+ 2,56
Mamona	2,9	.51	2,35	.47	+ 1,98
Manteiga cacau	0,42	.057	3,52	.54	+ 1,88
II					
Fumo	- 2,28	.47	2,05	.21	- 0,64
Cac.em amêndoa	- 2,89	.25	- 1,88	.096	- 0,90
Piaçava	- 1,13	.12	- 2,35	.45	- 1,19
Café	- 3,12	.39	- 1,36	.014	- 1,25
Torta de cacau	- 9,47	.26	- 0,95	.022	- 2,44
Ceras vegetais	- 4,19	.35	-18,25	.53	-11,14

$$1) I_c = b_p \cdot r_p^2 + b_q \cdot r_q^2$$

4. .2. Produtos da faixa declinante

Apesar de grandes oscilações, a tendência declinante dos preços do cacau é estatisticamente significativa (97,5%). A quantidade mostra-se praticamente estagnante. No mesmo período os concorrentes africanos aumentaram sua produção mais rapidamente. De fato a participação da Bahia no total mundial desceu de 18% na década de 50 a cerca de 11% na década de 60.(cf. tab. 4.I).

A queda relativa do cacau baiano tem várias explicações. Nos últimos anos ele perdeu parte do seu poder competitivo nos mercados europeus. O cacau das antigas colônias francesas e inglesas beneficia-se no Mercado Comum Europeu e na Comunidade

Tab. 4.I. Produção Mundial de Cacau
(mi. toneladas longas ¹⁾)

	1950/51 - 1954/55	1955/56 - 1959/60	1960/61 - 1964/65	1965/66 - 1969/70
	%	%	%	%
Ghana	1 151 30,0	1 280 28,7	2 258 36,5	1 930 29,7
Nigéria	513 13,4	625 14,0	1 072 17,4	1 082 16,6
Brasil ²⁾	651 17,0	859 19,2	588 9,5	819 12,6
C. Marfim	294 7,7	302 6,8	518 9,2	709 10,9
Total Mundial	3 821 100	4 461 100	6 160 100	6 475 100

1) 1 tonelada longa = 1016,05 quilos

2) a Bahia produz 97,5% das exportações brasileiras de cacau

Fonte: Gill & Duffus, Ltda, Cocoa Statistics, London England, 1970.

Britânica de isenções fiscais e alfandegárias. Além disso, os concorrentes africanos oferecem também melhores condições de transporte, não só por causa da situação geográfica, mas igualmente por causa de fretes mais baixos, melhor organização portuária, etc. A esse respeito a posição baiana é ainda bem inferior. O próprio Presidente da Associação Brasileira dos Armadores de Longo Curso lamentou em 1969 que os custos do porto de Salvador estivessem entre os mais altos do mundo.

Outro problema do cacau é sua baixa produtividade física. Essa última situa-se entre 300 a 450 kg por hectare, enquanto as plantações de Ghana chegam a apresentar 900 kg de amêndoa por hectare. Entre os fatores que determinam essa produtividade tão baixa apontam-se o sistema tradicional de cultura extensiva e a senectude da maioria dos cacauzeiros "pois, calcula-se que 60% das plantas já ultrapassam os 50 anos de idade, sendo assim decadentes" ((46, p.56)).

A estagnação das exportações de cacau em amêndoas é parcialmente compensada pelo aumento das exportações de manteiga de cacau.

Efetivamente a industrialização interna fez progressos importantes durante os últimos anos. Enquanto no início do período em estudo a manteiga representou apenas 13% das exportações de cacau e derivados, ela alcançou nos anos 1965-1969 quase 35% do mesmo valor. Atualmente cerca de 1/3 da produção de amêndoas é beneficiada internamente antes de ser exportada. Embora nas condições atuais a exportação de amêndoa seja às vezes mais vantajosa ¹⁾, a longo prazo a industrialização tem um significado importante não só para a economia cacaueira mas também para todo o sistema regional. A comercialização do cacau é ainda largamente dominada pela especulação. Quatro, cinco corretores representantes dos maiores clientes estrangeiros, costumam realizar mais de 2/3 das vendas nos portos de Salvador e Ilhéus. Muitas vezes os especuladores jogam com a falta de capacidade de armazenamento dos produtores, porque sabem da rápida perecibilidade da amêndoa que nos trópicos não suporta mais do que três meses de armazenagem. Sob forma de manteiga, porém, o produto pode ser armazenado sem problemas por quatro ou cinco anos. Assim em anos de safra inesperadamente alta, a entrada da indústria local no mercado pode evitar a formação de grandes estoques no estrangeiro a fim de deprimir ulteriormente os preços. Além desses efeitos diretos, a indústria do cacau contribue naturalmente para o desenvolvimento global da região, criando nova renda e novos empregos.

No que concerne ao fumo, o aumento da quantidade apenas compensa a diminuição dos preços de maneira que a receita cambial fica quase inalterada. Nota-se que na década de 60 as exportações de fumo dos países em desenvolvimento diminuíram em média de 2% por ano, enquanto as importações globais dos países industrializados aumentaram de 2,6% ((10)). O fumo baiano destina-

1) Estima-se que para ser a sua exportação mais rentável, o preço da manteiga deveria ser 2,3 vezes superior ao da amêndoa ((41)).

-se quase exclusivamente à exportação para fabricação de charutos e cigarrilhos. A produção nacional de cigarros prefere geralmente os fumos sulista por causa da sua melhor qualidade. Os problemas do fumo, são, aliás, muito semelhantes aos do cacau. Em primeiro lugar nota-se uma produtividade física muito baixa que com 760 hectare é quase duas vezes inferior à produtividade média de Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Sendo em segundo lugar o fumo tradicionalmente uma lavoura pobre, explorado geralmente em propriedades muito pequenas, ele é ainda mais exposto a exploração dos intermediários comerciais. Ademais, entre as 30 firmas que exportam o fumo baiano pelo menos 25 estão quase exclusivamente em mãos de estrangeiros. Inútil lembrar que tal situação não só prejudica a cultura do fumo mas causa danos a toda economia regional.

4.4.3. Produtos da faixa dinâmica

Entre os produtos da primeira faixa, o dinamismo do sisal é ilusório porque tem poucas chances de perdurar no tempo. A queda violenta dos seus preços nos últimos anos anuncia sérias dificuldades do lado da demanda. O sisal destina-se essencialmente à produção de cordoalhas, fios de embalagem, tapetes, estofamento e papel. O produto é, porém, sempre mais ameaçado pelo aparecimento de sucedâneos sintéticos. Nos últimos anos surgiu no mercado um produto denominado de polipropilene que oferece preços competitivos com o sisal para fins de cordoalha que é a maior consumidora de sisal. Segundo estimativas da FAO o polipropilene deve custar em 1975 cerca de 16 cents/libra peso. Diante de tal concorrência o consumo de fibras duras para fabricação de cordoalhas será em 1975 apenas de 300 mil toneladas supondo que o sisal possa manter sua competição nos preços. Em caso contrário, o sisal poderia cair até a 50 mil toneladas por ano, o que representa apenas 1/3 das exportações anuais do Brasil das quais a Bahia fornece em média

35% ((23)). Com a intervenção do Grupo de Estudos de Fibras Duras da FAO, os países produtores adotaram em 1967 um acordo informal de contingenciamento com vistas a permitir uma cautelosa sustentação dos preços, sem incentivar demasiadamente o consumo dos sintéticos. Internamente não é fácil substituir o sisal por outras culturas, porque não se conhecem produtos que possam ser explorados nas áreas semi-áridas e relativamente pobres onde é criado o sisal. Portanto é necessário estimular a pesquisa sobre outras possibilidades de uso, essencialmente para o mercado interno. Já utiliza-se o sisal em pequena escala para reforçar lâminas de plásticos e para fabricação de tecidos e fertilizantes.

O aumento dos preços da mamona é explicado pelo fato de que a partir de 1959 toda mamona foi industrializada internamente antes de ser exportada sob a forma de óleo. Em dezembro de 1959 a instrução nº 192 passou para o mercado livre todas as exportações excetuadas as de café, cacau, óleo mineral e mamona em bagas. Oferecendo o mercado livre melhores condições de preço, acelerava-se assim o processo de industrialização interna. Tomado isoladamente, os preços do óleo de mamona mostram-se estagnantes. Todavia o produto tem relativamente boas perspectivas. É essencialmente usado como lubrificantes em aviões, freios, armas, na fabricação de nylon, matérias plásticas resistentes, tintas, vernizes, papéis adesivos, etc. Derivados de petróleo são os únicos sintéticos que concorrem seriamente com o óleo de mamona. Nota-se contudo no progresso tecnológico uma tendência de substituir óleos mais finos e caros por outros menos dispendiosos. Atualmente, quase 90% das exportações de óleo de mamona vão para os Estados Unidos, França e Países Baixos. Em 1968 o MCE instituiu uma taxa compensadora sobre as importações de óleo de mamona para proteger suas próprias indústrias. Inicialmente fixada a US\$34.50 por tonelada, ela foi ultimamente reduzida para US\$15.00.

Produtos realmente dinâmicos são couros e peles, madeiras e minérios. Como artigo de luxo, couros e peles beneficiam-se de uma elasticidade-renda relativamente alta. Oferecem também boas perspectivas ao artesanato local que mostra maior flexibilidade em frente as rápidas mudanças no domínio da moda. No que concerne ao aumento dos preços de madeira, ele é parcialmente condicionado pela maior elaboração interna do produto (fabricação de laminado). Analogamente a diminuição dos preços de minérios é devida à expansão ou a entrada de novos minérios com um valor unitário relativamente baixo, como chumbo, manganês, hematita, etc. De qualquer forma madeiras e minérios pertencem ao grupo mais dinâmico dos produtos primários cujo comércio mundial aumentou na década passada de quase 10% ((10)). Infelizmente eles representam ainda uma parte pouco expressiva nas exportações baianas.

4.4.4. Os principais mercados

Não só do lado da oferta mas também do lado da demanda nota-se pouca mudança e muita concentração. Os Estados Unidos junto aos mais importantes países do Mercado Comum Europeu absorvem mais do que 60% das exportações baianas (cf. tab. 4.J.). Para os três primeiros produtos da pauta, cacau em amêndoas, manteiga e fumo, o grau de concentração é ainda superior (cf. tabela 4.K.).

Entre os vários mercados, o norteamericano oferece poucas perspectivas de expansão para os produtos tradicionais da Bahia. Na década de 60 os Estados Unidos diminuíram suas importações de cacau de 0,8% por ano. No mesmo período a União Soviética aumentava as compras desse produto de 5,8% por ano. Lembra-se contudo, que o comércio de produtos de consumo privilegiado com países socialistas está sempre sujeito a fatores políticos dificilmente previsíveis, quanto mais o comércio exterior desses países ativamente integrado na política

Tab. 4.J. Mercados das exportações baianas
(Distribuição percentual do total)

	1950-52	1959-61	1967-69
1. <u>América do Norte</u>	40,8	39,2	30,7
- Estados Unidos	39,7	27,0	29,8
2. <u>Europa</u>	49,6	54,4	63,8
- Alemanha Ocidental	9,7	8,8	5,5
- França	2,9	4,1	4,8
- Holanda	6,8	13,0	11,2
- Itália	4,3	1,6	3,0
- Inglaterra	4,4	7,9	5,9
3. <u>América do Sul</u>	6,7	3,3	3,3
- Argentina	4,8	2,2	2,3
4. <u>África</u>	1,1	1,1	0,9
5. <u>Ásia</u>	0,7	0,9	1,0
- Japão	0,3	0,3	0,9
6. <u>Oceania</u>	1,1	1,1	0,3

Fonte: D.E.E.

Tab. 4.K. Mercados por produto

	1950-52	1959-61	1967-69
<u>Cacau em amêndoas</u>			
- Estados Unidos	52,6	43,8	43,5
- Holanda	7,6	13,0	9,7
- Argentina	5,8	4,8	4,9
<u>Manteiga</u>			
- Estados Unidos	45,6	16,8	10,5
- Inglaterra	9,3	42,5	26,7
- Holanda	6,1	30,2	23,8
<u>Fumo</u>			
- Alemanha	26,4	13,6	13,1
- Espanha	17,3	30,1	38,0
- Holanda	13,5	18,5	14,3

Fonte: D.E.E.

mércio exterior desses países ativamente integrado na política de assistência aos países em desenvolvimento.

No que concerne ao Mercado Comum Europeu, sua política agrária e seu sistema preferencial em favor das antigas colônias europeas se tornam obstáculo as relações comerciais com terceiros. Surpreende entretanto a participação insignificante do Japão, que é um dos mercados mais dinâmicos com alta elasticidade-renda para produtos dos países em desenvolvimento.

Aparece portanto a necessidade para a Bahia de conquistar novos mercados o que implicaria provavelmente numa organização dos canais tradicionais de comercialização.

Capítulo 5

AS EXPORTAÇÕES INTERREGIONAIS

5.1. Aspectos Gerais

Ao contrário das exportações internacionais, a estrutura das exportações interregionais conhecia importantes modificações durante o período em exame. Na distribuição percentual da Tab. 5.A. revelam-se três características principais:

- a) a participação dos gêneros alimentícios declina constantemente
- b) os manufaturados depois de uma queda violenta, mostram nos últimos anos uma ligeira tendência à recuperação
- c) nota-se maior dinamismo nas matérias primas que entre 1955 e 1965 sofreram um aumento extremamente rápido.

Tab. 5.A. Composição das exportações interregionais

	1950-54	1955-59	1960-64	1965-69
Matérias primas	29,1	36,5	70,0	68,6
- Petróleo e derivados	2,6	22,2	61,5	64,7
Gêneros Alimentícios	20,3	23,1	8,6	6,1
Manufaturados	50,3	37,0	18,4	22,5
- produtos químicos	2,6	3,2	1,5	2,8
- maquinaria	5,9	5,3	2,6	4,0
- man.clas.seg.mat.prima	27,1	18,9	9,1	10,3
- outros manufaturados	14,7	9,6	5,3	5,4
Diversos	0,3	3,4	3,0	2,8

5.1.1. Gêneros alimentícios

A Bahia exporta para outros Estados do Brasil uma grande variedade de produtos alimentícios, cujo significado quantitativo é porém, na maioria dos casos bastante reduzido. O produto de maior expressão é representado pelo cacau e seus derivados, que atinge em média 35% do total da classe (cf. tab. 5.B.). Em termos absolutos, contudo, as vendas internas de cacau não superam 5% das exportações internacionais. No Brasil o consumo de produtos a base de cacau é ainda muito reduzido. Segundo a Fundação Getúlio Vargas o brasileiro consome em média 100 gr de chocolate por ano, enquanto na Europa Ocidental esse número é de 2.000 gr. Tal situação se explica em parte pela diferença no nível da renda, sendo o cacau um produto geralmente considerado como supérfluo. Mesmo assim, seu consumo é muito pouco difundido no Brasil, seja por falta de propaganda, seja por causa de certos preconceitos. De tal maneira o cacau é um desses produtos tropicais quase exclusivamente consumido em regiões frias ou temperadas. No próprio Brasil mais de 90% das vendas internas do produto são destinadas aos estados sulistas (São Paulo, Guanabara, Rio Grande do Sul). Seria muito importante que a pesquisa tecnológica inventasse novas utilizações para o produto, visando inclusive alimentos de consumo geral para zonas tropicais.

Tab. 5.B. Participação percentual dos alimentos na pauta interregional

	1950-54	1955-59	1960-64	1965-69
Cacau e derivados	7,4	7,5	3,2	3,1
Café	3,7	2,4	0,1	0,01
Farinha de trigo	2,1	7,1	2,4	0,6
Outros	7,1	6,1	2,9	2,4
Totas da classe	20,3	23,1	8,6	6,1

Até 1956 o café era o segundo produto na classe dos alimentos. Exportavam-se então em média entre 3 e 5 mil toneladas de café por ano, essencialmente para os Estados do Norte e Nordeste. Recentemente contudo, as exportações de café encontram-se em forte declínio, tendo baixado entre 1965-1969 a cerca de 700 toneladas por ano.

No que concerne a farinha de trigo, não se trata propriamente de uma exportação. É o trigo em grão, importado do exterior, que, moído em Salvador, é re-exportado para outros Estados. Lembra-se que o mercado do trigo era, e ainda é, largamente controlado pelo governo Federal. Entre 1955 e 1959 a instalação de novos moinhos e a expansão das capacidades já existentes eram sujeitas a autorização do Ministério da Agricultura. Nesse período, a Bahia que já possuía dois moinhos, exportava grandes quantidades de farinha de trigo para Sergipe, Alagoas e outros Estados nordestinos que como o Piauí não possuíam um moinho próprio ou que como no caso da Paraíba tiveram uma capacidade de moagem insuficiente. Nesse período as exportações interregionais de farinha atingiram em média 30 a 35 mil toneladas por ano. Recentemente caíram a 3 e 4 mil toneladas. O fato decorre da instalação de novos moinhos nos antigos estados-clientes e também do aumento das necessidades do consumo local.

Entre o restante dos produtos alimentícios, as exportações de feijão, milho e mandioca tiveram antigamente uma certa importância que, é sempre mais decrescente. Além disso a venda interna desses produtos é sujeita a fortes variações cíclicas que resultam da instabilidade climática e traduzem também a existência da chamada mentalidade de excedente, segundo a qual as atividades de exportação são consideradas secundárias e se exporta só o que excede as necessidades locais. Ademais são produtos cuja baixíssima elasticidade-renda (em certos casos até negativa) não indica um futuro particularmente promissor.

Durante os últimos anos do período examinado, nota-se uma tendência particularmente dinâmica na exportação de bebidas essencialmente refrigerantes e cervejas. É certamente um ramo que abre boas perspectivas à Bahia, inclusive o beneficiamento de suas frutas para fabricação de sucos. As exportações de frutas frescas (bananas, abacaxi, melões, côco, frutas cítricas) são ainda insignificantes. Lembra-se a esse respeito que a alimentação moderna procura sempre mais esse tipo de frutas e a modernização dos meios de transporte tem consideravelmente alargado a dimensão do mercado

Foram semelhantes razões certamente que conduziram nos últimos anos o aumento das exportações de carne e produtos lácteos (leite, manteiga, queijo). A diminuição das vendas tradicionais de charque ou carne de boi seco é só uma outra manifestação da evolução dos costumes de alimentação. Não há a menor dúvida que frutas tropicais, carne e outros produtos pecuários oferecem a Bahia uma boa oportunidade de entrar numa das faixas mais dinâmicas do moderno mercado alimentício.

5.1.2. Manufaturados

Nas exportações interregionais de manufaturados aparecem nitidamente os efeitos de polarização descritos por Hirschman ((18)). No início dos anos 50 mais da metade das exportações interregionais da Bahia eram compostas de manufaturados. No fim do período essa percentagem tinha caído a 22,5%. Em 1965 o valor real das exportações de manufaturados estava praticamente ao mesmo nível do que em 1950 (cf. gráfico 5.I.).

Tal situação está naturalmente ligada ao surto industrial do Centro-Sul. A maior depressão ocorreu efetivamente entre 1955-1960 quando a substituição das importações atingia seu ponto mais alto. Em face da melhor eficiência das fábricas sulistas a produção industrial da Bahia encontrava-se bloque-

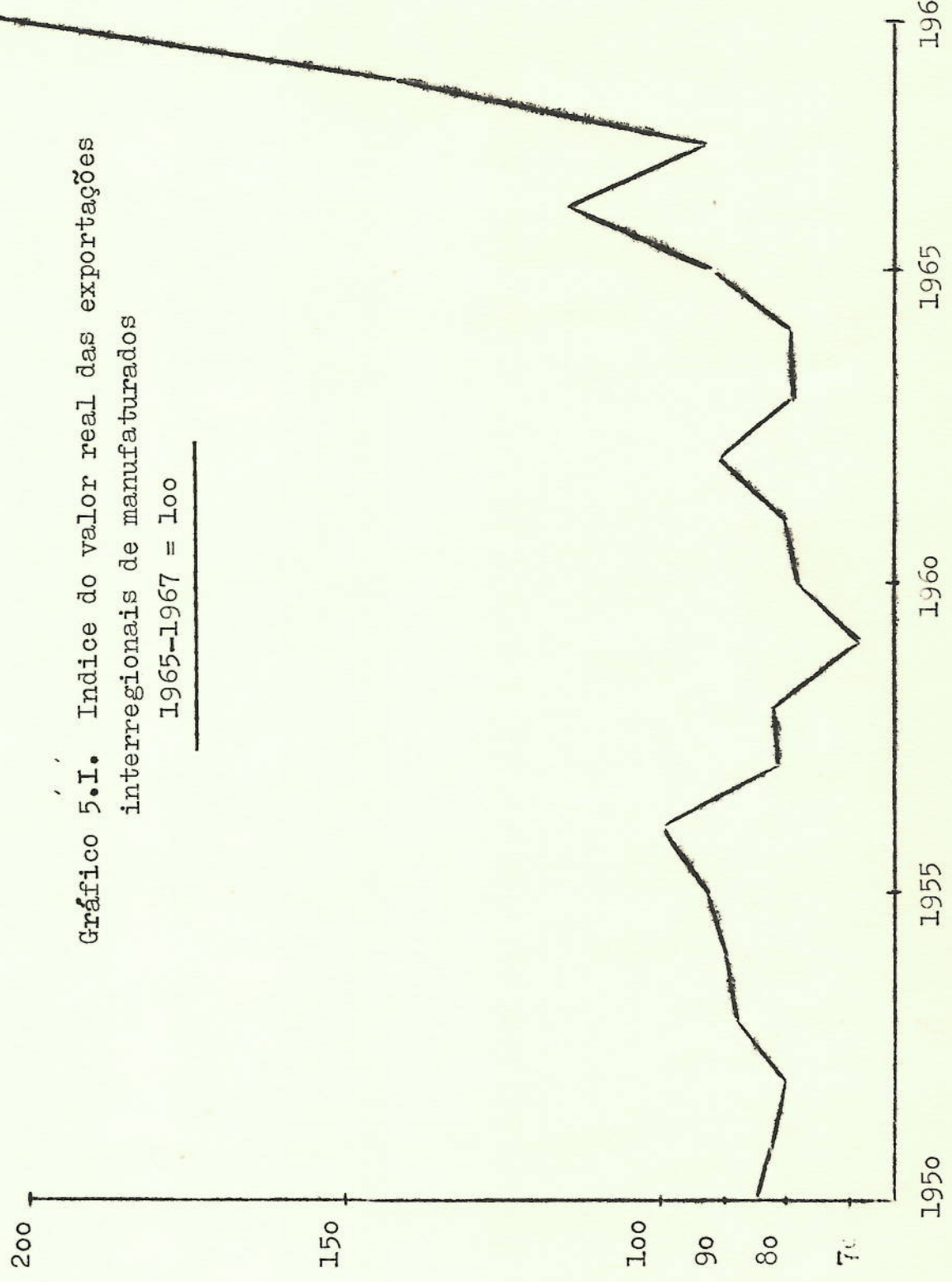


Gráfico 5.I. Índice do valor real das exportações interregionais de manufaturados
1965-1967 = 100

ada, tendo perdido parte do seu mercado em outros estados brasileiros e muitas vezes até no próprio Estado.

Um exemplo eloquente é fornecido pela indústria têxtil. Tradicional produto de exportação baiana, os tecidos de algodão representaram no início dos anos 50 quase 1/3 do total das exportações interregionais de manufaturados e 2/3 da classe 7, as chamadas manufaturados classificados segundo a matéria prima.¹⁾ Ora, entre 1950-1952 e 1967-1969 o volume físico das vendas interregionais de tecidos diminuíram de cerca de 50%. Durante o período em estudo quase a metade das fábricas de têxtil da Bahia foram obrigadas a fechar as portas. Ainda hoje a situação da indústria têxtil na Bahia é pouco lisonjeira devido a obsolência do seu equipamento, como é aliás o caso para todo o Nordeste.

Coisa semelhante aconteceu com os charutos que antigamente constituíram 50% da classe 8 (manufaturados diversos). Aqui a redução do volume físico foi ainda mais violenta. Parte dela se explica contudo pela diminuição geral do consumo de charutos que é um resultado de melhores condições de vida e de mudanças de gosto. No que concerne a cigarros, a Bahia podia de fato pelo menos manter a sua posição inicial, apesar da forte concorrência sulista. A evolução recente da moda estimulou sensivelmente a exportação de cigarrilhos que em poucos anos quase triplicou.

1) A Nomenclatura Brasileira de Mercadorias (NBM) divide as exportações em 8 classes:

- classe 1: Animais Vivos
- classe 2: Matérias Primas, em Bruto e Preparadas
- classe 3: Vaga
- classe 4: Gêneros Alimentícios e Bebidas
- classe 5: Produtos Químicos, Farmacêuticos e Semelhantes
- classe 6: Maquinaria e Veículos, seus pertences e acessórios
- classe 7: Manufaturas classificadas principalmente segundo a Matéria Prima
- classe 8: Artigos Manufaturados Diversos
- classe 9: Ouro, Moedas, Transações Especiais

Depois de 15 anos de completa estagnação, os manufaturados começaram a partir de 1965 a crescer ao ritmo extraordinário de 20% por ano. Nesse período entraram em funcionamento as primeiras fábricas criadas com o apoio da SUDENE e pode-se afirmar que a maior parte do dinamismo cabe a produtos novos.

Na classe 7 (manufaturados classificados principalmente segundo a matéria-prima) encontra-se uma rápida expansão dos manufaturados de ferro e aço e dos materiais de construção. Tomando a média dos três últimos anos em estudo (1967-1969) a composição da classe 7 se apresenta aproximadamente da seguinte maneira:

- tecidos de algodão	45%
- manufaturados de ferro e aço	25%
- material de construção (cimento, tubos, telhas, azulejos)	10%
- pneumáticos	6%
- manufaturados de vidro	5%
- manufaturados de papel	3%

Na classe 8 (Artigos manufaturados diversos) os itens mais importantes são:

- charutos	25%
- cigarros, cigarrilhos	15%
- luvas de borracha	8%
- calçados	5%

Na classe 5 (Produtos Químicos, Farmacêuticos e Semelhantes) ao lado dos medicamentos surgem atualmente com maior importância certos elementos inorgânicos e matérias-plásticas. Na distribuição percentual dos últimos três anos destacam-se:

- medicamentos	50%
- metaloides de oxigênio (enxofre sublimado)	25%
- hidróxidos (soda cáustica)	10%
- matérias plásticas	5%

Importantes modificações ocorreram também na classe 6 (Maquinaria e veículos, seus pertences e acessórios), onde a distribuição percentual dos últimos três anos apresenta-se como segue:

- chassis com motores para ônibus, carinhões e semelhantes	33%
- pertences e acessórios para veículos	20%
- tratores	10%
- máquinas e aparelhos para perfuração e extração	6%
- máquinas de escritório	5%

O elemento mais interessante na evolução recente dos manufaturados é que a maior intensidade de dinamismo ocorre precisamente em produtos de alta elasticidade-renda. Não há dúvida que parte dessas indústrias instalam-se na Bahia por causa de sua disponibilidade de matérias-primas.

5.1.3. Matérias-primas

Dentro da classe 2 (matérias-primas, em bruto e preparadas) o dinamismo parece ser o privilégio exclusivo do petróleo e seus derivados. Subtraindo as exportações de petróleo e derivados nota-se de fato que o valor real do restante dos produtos da classe 2 está sensivelmente declinando. A maior regressão registra-se para o fumo cujas vendas interregionais caíram de cerca de 1.000 toneladas anuais no início a apenas 100 toneladas no fim do período. Em proporções idênticas reduziram-se também as exportações de ouricuri e derivados (cera e óleo) que no começo representaram 5% do total das matérias-primas. Igualmente regredindo estão couros e peles e madeiras, dois produtos que no início do período eram os mais importantes da classe 2 (couros e peles 35%, madeiras 25% do total da classe 2 entre 1950-1952). O fato surpreende tanto mais que na pauta internacional esses dois produtos mostraram-se em expansão.